v. 26, n. 2, e63761, 2026
ISSN: 1984-6398 · DOI: 10.1590/1984-6398202663761

Revista Brasileira de Linguística Aplicada

Artigo

Justiças sustentáveis e espirituais/religiosas na educação linguística crítica

Sustainable and Spiritual/Religious Justices in Critical Language Education

Nara Hiroko Takaki
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) | Pioneiros | MS | BR
narahi08@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-8574-5842

Resumo: Este artigo busca ressaltar a importância das mulheres em espaços de enfrentamento do racismo estrutural, do capitalismo global e do patriarcado, partindo das espiritualidades e da sustentabilidade. Apresenta desafios no interior de comunidades com vistas a não naturalização de suas praxiologias. É resultado de pesquisa, de metodologia qualitativa e interpretativista, ponderando as intersubjetividades dos(as) participantes da investigação em contextos específicos. Está amparado em educação crítica (Freire, 2005), na perspectiva decolonial (Gomes, 2023; Gonzalez, 2020; Quispe, 2023), na sustentabilidade (Krenak, 2020a, 2020b), no pós-humanismo (Braidotti, 2018; Haraway, 2023) e na epistemologia africana (Oyewùmí, 2024). O resultado traz a questão planetária e uma atitude espiritual condizente, respeito às diferentes religiões e linguística de cunho decolonial, justificando a necessidade de mais pesquisas nesse campo.

Palavras-chave: educação ambiental; decolonialidade; religiosidade; linguística aplicada.

Abstract: This article seeks to highlight the importance of women in spaces to confront structural racism, global capitalism and patriarchy, starting from spiritualities and sustainability. It presents challenges within communities with a view to not naturalizing their praxiologies. It is the result of research using a qualitative and interpretivist methodology, considering the intersubjectivities of the participants in the investigation in specific contexts. It is based on critical education (Freire, 2005), a decolonial

This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/ or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

perspective (Gomes, 2023; Gonzalez, 2020; Quispe, 2023), sustainability (Krenak, 2020a, 2020b), post-humanism (Braidotti, 2018; Haraway, 2023) and African epistemology (Oyewùmí, 2024). The result brings up the planetary issue and a consistent spiritual attitude, respect for different religions and linguistics of a decolonial nature, justifying the need for more research in this area.

Keywords: environmental education; decoloniality; religiosity; applied linguistics.

1 Considerações iniciais

Nos estudos sobre justiça plural, é bastante comum haver pesquisas sobre raça/etnia, gênero, sexualidade e classe que confrontam a universalidade ontoepistêmica do Norte Global. A questão da espiritualidade/religiosidade/teologia[1] em meio à sustentabilidade[2] e no campo engajado da educação linguística crítica, estudado na cultura e história, tem muito a ouvir desse terreno transdisciplinar.

Em 2011, escrevi um texto (Takaki) indagando se haveria espaço para pesquisas atinentes à espiritualidade na Linguística Aplicada. Quinze anos se passaram e quase nada tem sido publicado. Com efeito, algumas inquietações emergem: o que esse silenciamento significa? Há alguma ligação com o racismo estrutural no Brasil, na América Latina e no mundo todo, considerando as perseguições religiosas? Pode ser medo de ser perseguido na academia, ou falta de (auto)confiança, embora o Brasil seja laico e o ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) seja optativo. Será que aceitar tais hipóteses não significa um conformismo? Uma naturalização da discriminação e da violência perpetrada nos corpos e espíritos dos minoritarizados – a exemplo das mulheres – e no território (organização social) que habitam?

A mutabilidade do mundo atual, o consumo exagerado, a exploração humana, o imediatismo digital e a desesperança de sentido, por conta da crise ambiental, deixam patente o altíssimo risco da perda de espiritualidade. Espiritualidade é a) parte de uma causa; b) a luta de movimentos sociais contra o racismo e sexismo (inclusive em espaços religiosos); c) um conjunto de iniciativas locais para a libertação de pessoas dos sistemas opressores; d) o reconhecimento de que há heterogeneidades entre mulheres não brancas e brancas; e) o combate às convivências tóxicas; f) a interrupção de maus tratos aos animais, rios, oceanos,

[1] Não é necessário pertencer a uma religião para exercitar espiritualidade (Canagarajah, 2009). A espiritualidade volta-se para buscas de zonas de contato ou de atrito para reconectividades mais pós-humanas. A Teologia é a ciência das religiões. Todas podem ter relação com a coletividade, a política, a saúde e a sustentabilidade na dinâmica da vida diária. Aqui, esses termos ora são usados em conjunto, ora separados, mas são intercambiáveis.

[2] Sustentabilidade é uma criação capitalista para fazer as pessoas acreditarem que estão consumindo produtos sustentáveis, mas que não passa de um mito (Krenak, 2020a).

objetos, às florestas e montanhas e é, enfim, g) um exercício linguístico educacional diário e contextualizado que permite (auto)criticar reflexivamente as relações com todas as formas de coexistência pós-humana[3] (Braidotti, 2018; Hawaray, 2023) e, portanto, as posições das pessoas nos mais diversos espaços espirituais/religiosos – mais na posição de escuta e aprendizagem que de ensino. Compreender a terra-floresta é perceber que o mundo dos espíritos não é povoado por um deus pai, mas por espécies vivas, recompondo uma ecologia vibrante (Albert; Kopenawa, 2023, p. 479). Outra complexidade não alcançada pela tradição espiritual ocidental é a chamada senioridade nas culturas Yòrubá (Oyewùmí, 2024). Nelas, o gênero não está em primeiro lugar, como estabelecido nos estudos feministas em geral. Esses dois assuntos serão mais discutidos a *posteriori*.

Diante desse cenário, é válido ouvir estas perguntas: quantas pesquisadoras negras, indígenas, quilombolas, camponesas, surdas ou com deficiência estão na academia estudando espiritualidade, têm um forte vínculo com a sustentabilidade e almejam uma educação linguística? Quantas estão exercendo papéis relevantes nessa direção, apesar de sua pouca ou nenhuma instrução formal? Pesquisas com a "figura feminina" na liderança parecem bastante incipientes,[4] pois romper o silêncio e ocupar posições de poder implica coragem, afetividade comunitária e consciência política para transgredir o manto colonial.

Isso posto, o objetivo deste artigo é ressaltar a importância das mulheres nesses espaços de enfrentamento do racismo estrutural, do capitalismo global e do patriarcado, partindo das espiritualidades e da sustentabilidade. Nota-se haver uma relação entre esses pilares e, para reduzir os efeitos do racismo estrutural, é necessário que o capitalismo e o patriarcado sejam enfraquecidos. Para tanto, falar sobre espiritualidades e sustentabilidades podem apontar caminhos propositivos na educação.

2 Contexto de pesquisa, recorte e pressupostos

O esmaecimento das fronteiras entre dicotomias – como o culto e o popular, o civilizado e o primitivo, o homem e a mulher, o moderno e o pós-moderno – gerou uma ruptura espaço-temporal em que as experiências, os saberes e os valores dos historicamente oprimidos, mencionados anteriormente, contribuiriam para a construção de uma sociedade orientada para potencializar as diferenças. Muitas delas ficaram soterradas. Todavia, há aquelas emergentes, que precisam ganhar mais visibilidade e legitimidade, e a educação pode contribuir muito nesse sentido.

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a justiça plural em tempos paradoxais, cuja conclusão geral sinaliza que é necessário estudar mais sobre as mulheres que, como formigas, lideram campos sustentáveis de espiritualidade. Mais resistências para reduzir os impactos da desigualdade social precisam de apoio das espiritualidadese das instituições da sociedade.

[3] O pós-humanismo descentraliza o humano e enfatiza as funções dos seres, das espécies, dos objetos em jogo uns com outros, num contínuo processo de vir-a-ser com histórias, afetos, tecnologias, performances (Haraway, 2013).

[4] Ao menos em busca em periódicos da CAPES e na plataforma Google Scholar.

Em atendimento à ética de pesquisa, os participantes da referida investigação leram o projeto e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As universidades das quais os participantes externos eram provenientes também aprovaram a referida pesquisa. Os convites foram feitos *on-line* e quem o aceitou em primeira mão integrou o grupo.

O grupo pesquisado compreendeu: a) dois professores que lecionam no curso de línguas (licenciatura) e na pós-graduação em Linguagens da mesma universidade onde trabalho, b) quatro professores de quatro universidades públicas diferentes, que lecionam no curso graduação e pós-graduação em Letras, Linguística Aplicada ou Linguística, c) seis alunos de graduação do curso de pós-graduação em linguagens da mesma universidade em que leciono e d) seis estudantes de licenciatura do curso de graduação em Letras da mesma universidade na qual trabalho.

Partindo da praxiologia freireana, isto é, da inseparabilidade entre teoria e prática, essa pesquisa se amparou em uma visão de justiça plural que aceita que a área educacional enfrenta diálogos difíceis, porém, passíveis de ressignificação. As respostas das indagações não podem ser concebidas facilmente ou naturalizadas, explica Todd (2007). Isso, porque a mundialização também é criada e recriada pelos papéis dinâmicos que os humanos e não humanos (espécies, seres, entidades, tecnologias e objetos) têm (Braidotti, 2018; Pennycook, 2018) em um determinado ambiente, uma insurgência conceitual bastante atualizada no campo das linguagens.

Observa-se que a mutabilidade do ambiente é fortemente influenciada por histórias locais-globais, ancestralidades, cosmologias, espiritualidades, musicalidade, metáforas e manifestações, e tudo isso participa da orquestração ecológica da linguagem. A responsividade à participação dos não humanos com os humanos é conhecida como *attunement* (Pennycook, 2018), isto é, um "assemblamento", com hierarquias diluídas em um maior engajamento conjunto e participativo de todas as coisas e do inesperado.

A orientação foi a da criatividade como prática para a reinvenção do que é possível ser realizado em espaços sociais mais amplos, não apenas os da sala de aula. Esse processo deve ser desenvolvido por meio da interligação de saberes, conhecimentos, habilidades e vivências outras dos(as) estudantes, professor(as), gestores(as) e das várias comunidades das quais fazem parte. Ainda, essa ressignificação inclui a vocalização não humana, em uma relação que mescla conhecimento e desconhecimento, desaprendizagem e reaprendizagem e processos de vir a ser, sem serem fixos, e sim abertos, contingentes e situados. Enfim, trata-se de uma espiritualidade e uma sustentabilidade atentas à sobrevida do planeta, cujos seres atribuem sentidos aos textos, ressignificando-os. Além de evidenciar a necessidade de mais pesquisas sobre o papel feminino na liderança espiritual sustentável, este trabalho resulta, ainda, na percepção de que mais atos de resistências precisam de apoio incondicional das espiritualidades para minimizar os impactos da desigualdade social, das instituições de poder, das comunidades, ou seja, uma educação linguística[5] performatizada como força vital imanente.

Para a geração de dados entre 2019 e 2023, foram utilizados *e-mails* e o *WhatsApp* para realização de entrevistas e questionários, por serem mais confortáveis para os(as) participantes no contexto de (pré-)pandemia da Covid-19. Uma pergunta de cada modalidade foi enviada para cada semestre desse período para não sobrecarregar o grupo. Desenvolvi uma pesquisa qualitativa e interpretativista atenta às minhas intersubjetividades e às dos(as) participantes,

[5] Falo a partir de um *lócus* de enunciação enredado com línguas/linguagens/translinguagens e pós-humanismo.

em diferentes contextos, pautadas nas ontoepistemologias adotadas e que amparam este trabalho. Dado esse escopo, escolho uma pergunta do questionário, qual seja:

- Pesquisadora/autora: Como a sua bagagem (princípios, valores, ações) possibilita (e impede?) a articulação com outras formas de justiça social em contato com pessoas de comunidades bem divergentes das suas?

Evidentemente, a pergunta poderia ter sido mais específica, colocando entre parênteses "formas espirituais/religiosas/teológicas e sustentáveis de justiça plural", por exemplo. Preferi evitar processos indutivos com respostas ensaiadas atinentes à espiritualidade. Observa-se, ainda, que há muito preconceito, receio e medo permeando as discussões em torno, principalmente, da espiritualidade, o que poderia constituir um fator inibitório para alguns(mas) participantes. Da minha parte, havia a expectativa de que a perseguição religiosa apareceria nas respostas. Lembremos que o momento era de autoritarismo na esfera federal e em outras instâncias partidárias do governo vigente. Houve perseguições de profissionais da educação por tematizarem determinados assuntos em sala de aula, negligência quanto aos negócios ilícitos por meio dos quais as facções se enriqueceram/enriquecem, variando desde o tráfico de drogas até os garimpos ilegais, passando pela extração de madeiras, grilagem de terras, tráfico de animais e lavagem de dinheiro com a conivência de certas autoridades. A espiritualidade e a sustentabilidade não foram exploradas nas respostas dos(as) participantes da pesquisa. Com efeito, de todas as respostas obtidas, apenas uma fez uma breve referência à religião no âmbito das justiças:

> Com respeito ao próximo, na medida que o respeito impossibilitaria a injustiça e assim justiça social seria um termo menos preocupante. Infelizmente, na prática [...] respeito não ocorre em milhares de situações. Pensar em um mundo com 100% de respeito ao próximo e à sua origem, sexo, gênero, etnia, religião, posições e opiniões seria ingênuo [...] para se alcançar uma definição aceita pelas diferentes partes sociais de justiça social é por meio da educação, da disseminação do conhecimento, de debates, participação das classes populares na política e oportunidades de enxergar as diferentes facetas sociais, seus privilégios e opressões, com o fito de enxergar a maior quantidade de realidades possíveis e perceber que a justiça social deve englobar a todos (Júlia, 2023).[6]

Percebe-se um chamado para o respeito ao *lócus* de enunciação de cada pessoa, com trânsito nas categorias como origem (geográfica?), sexo (sexualidade?), gênero, etnia (incluindo raça), religião, posições e opiniões, que influenciam a produção de sentidos de Júlia, que é um nome fictício de uma graduanda de Letras, branca, cisgênera e de classe média. Sua aposta é a de que a ferramenta para o combate às injustiças – sem eliminá-las totalmente, pois isso "seria ingênuo da minha parte" –, é a educação.

O respeito que Júlia assinala começa em si. Esse é um sinal de que as pessoas não podem ser totalmente iguais, motivo pelo qual não exercitam o respeito em todas as situações e, assim, opera o usuário da linguagem. Falta uma educação que faça suscitar nas pessoas a consciência de que são beneficiadas por terem privilégios e/ou serem oprimidas. Apreendo

[6] Os excertos aqui não foram modificados.

que a opressão atravessa as classes populares, que são as que mais lutam para tomar o poder e, desse modo, começar a participar de decisões políticas.

Refletindo de maneira mais específica, observo que o respeito em si não basta, assim como *Não basta não ser racista*. *Sejamos antirracistas* (Diangelo, 2023). Ir além do respeito requer ações conjuntas com grupos que vivenciam o racismo, o preconceito, o assédio, a opressão e a violência epistêmica (hooks, 2022; Grosfoguel, 2013) para fazer frente às hegemonias plurais. Impedir que a espiritualidade seja discutida com conversas francas em sala de aula pode resvalar para um negacionismo que só reproduz o racismo, o sexismo, o classismo e uma gama de outros "ismos". Muitas vezes, a conivência pedagógica tão criticada por Freire (2005) nasce daí, no ato de um fingir que ensina e o outro fingir que aprende.

O não conformismo freireano e a capacidade de novamente tornar estranho o que era familiar são parte do exercício que os cidadãos estariam sendo estimulados a praticar. Isso, porque a educação permanece como um lugar de encontro no qual a justiça social *bona fide* é elaborada, cultivada, sustentada ou, contrariamente, enfraquecida, um dilema merecedor de mais estudos. Pondero, entretanto, que "estar pronto para algo" não é um processo que leva o mesmo tempo para todos.

Passemos, agora, a ouvir um trecho da resposta (quase uma narrativa) de uma professora da educação básica, a única participante a mencionar a questão planetária, que é muito mais ampla que a ambiental:

> Quando juvenil, participei de um clube de desbravadores (tipo escoteiros) que ensinava cidadania, cuidados com o planeta, mente e corpo, ajudar os outros e a prática de vender (bolo, pastel, sucos etc.) em *prol* de arrecadar verbas, essa experiência me ajudou a sair do rol da timidez e ter oralidade e postura proativa. As minhas vivências me possibilitaram a melhor compreender situações semelhantes de outros ao meu redor. Consigo, por meio da docência escolar pública, me atentar mais facilmente às condições de injustiças sociais e tenho oportunidade de ouvir as histórias dos alunos e orientá-los. Quando passamos por experiências difíceis, podemos detectar circunstâncias semelhantes naqueles que estão em contato conosco. Atualmente, após duas graduações, duas pós-graduações, um mestrado e trabalhando em três escolas públicas, minha situação financeira melhorou muito. Sou muito grata à Deus pela saúde concedida para eu ir buscar melhorias. O trajeto não foi e não está sendo fácil, mas a Educação pôde transformar minha situação financeira e social, acredito que este seja o melhor caminho para alcançar objetivos. No entanto, quando percebemos quantos fatores envolvem para que um resultado ocorra, sentimos que nem todos conseguirão ter força, resistência e persistência para aguentar firme até chegar aonde sonham. As políticas públicas precisam ser aplicadas de maneira correta para que realmente a justiça social aconteça (Vivi, 2020).

É importante dizer que Vivi é uma mulher negra, cisgênera, mãe, professora e – ao que tudo indica ("Sou muito grata a Deus") – cristã. Ao partilhar sua trajetória de vida, ela destaca que a aprendizagem em grupo influenciou seus valores e escolhas. Teve a coragem ("clube de desbravadores") de sair do anonimato ("sair do rol da timidez e ter oralidade e postura proativa") e caminhar por espiritualidades que incluíram "cidadania, cuidados com o planeta, mente e corpo, ajudar os outros e a prática de vender (bolo, pastel, sucos e etc.) em *prol* de arrecadar verbas". Isso denota o esforço pela transformação da própria condição, não somente financeira, mas especialmente da situação social, como professora, intelectual e cidadã.

Da mesma forma que Júlia, Vivi chancela seu voto pela educação como um caminho a ser construído com resiliência e escuta sensível das narrativas de alunos, seguida de orientação. A educação que se desenha aqui esboça um trabalho colaborativo que procura atender às demandas de um coletivo que necessita de políticas públicas rumo à justiça plural. Interpreto que Vivi exercita espiritualidade de forma empática ("As minhas vivências me possibilitaram a melhor compreender situações semelhantes de outros ao meu redor... em contato conosco"), dividindo poder, criando um espaço de acolhida do conhecimento e saberes para coautorar seu trabalho na "docência escolar pública".

Entendo que as políticas públicas são desejáveis/necessárias para o contexto apreendido por Júlia. Na outra ponta, os processos burocráticos para a elaboração, aprovações e implementação delas precisam caminhar, concomitantemente, com uma formação de professores e gestores, cujo objetivo seja explicitar os conceitos que embasam tais políticas em meio aos contextos diversificados em que os(as) profissionais da educação estão inseridos(as). Não raro, os documentos oficiais correm o risco de se perderem por não fazerem o *follow-up*, isto é, o encaminhamento de sessões com os(as) elaboradores (as) de documentos, gestores(as) e professores(as), promovendo debates e discussões trans, inter e multiculturalmente sensíveis no que tange às questões mais situadas, globais-locais.

O posicionamento de uma docente de um curso de Letras e de Pós-Graduação de universidade pública aproximou-se das pessoas subalternizadas:

> Considerando o contexto sul-mato-grossense, constituído pela diversidade geográfica, econômica, social e cultural, é preciso ter em consideração que aqui convivem paraguaios, bolivianos, indígenas, quilombolas, refugiados – principalmente, sírios, venezuelanos, haitianos – e onde comumente emergem questões como a exploração do meio ambiente e o agronegócio, o trabalho escravo, o tráfico de drogas, o comércio ilegal de mercadorias contrabandeadas, as discriminações raciais e de gênero [...] são importantes discussões e reflexões sobre formação intercultural, justiça social, decolonialidade, que devem constituir-se em fundamentos epistemológicos para romper a ideia da homogeneização e os paradigmas hegemônicos. No que se refere às investigações acadêmicas, é importante que pesquisadores e membros da comunidade local se disponham a conhecer as culturas consideradas marginalizadas, evitando seu silenciamento [...] gestores, corpo docente e discente precisa discutir a forma de desenvolver e apresentar pesquisas, buscando outros caminhos de manifestação do conhecimento. Entendo que isso seja realmente difícil, já que a academia e as instituições de ensino, de modo geral, são bastante conservadoras (Dória, 2020).

Dória indiretamente traz sua bagagem de experiência vivida no seio dessa diversidade e apresenta um mapeamento que auxilia quem é de fora a ter uma ideia dos povos que habitam o Mato Grosso do Sul (MS). É descendente de asiáticos, docente de Letras e sentiu a discriminação racial no Japão quando lá trabalhou. Elucida sua posição, que é análoga à de ativismo acadêmico, ao convocar seus colegas, gestores e o alunado a tomar pé da situação das comunidades que estão à margem da estrutura do poder, conhecer suas culturas, que são geradoras de conhecimento. Apreendo que Dória está revestida de ontoepistemologias decoloniais e interculturais (Walsh, 2018) para a formação de professores. Uma das pautas é o enfrentamento da hegemonia ocidental que vigora, de modo geral, tanto dentro quanto fora das instituições de ensino, as quais são mantenedoras do conservadorismo. Tal conservadorismo responde sobremaneira pelo silenciamento das comunidades supracitadas.

Júlia, Vivi e Dória se posicionam a partir de seus contextos de vivências e escolaridades, os quais estão atravessados por um humanismo forte que enfatiza a justiça plural e de cunho relacional. Tendem a mobilizar uma formação cidadã com pesquisa na educação para combater as iniquidades sociais. De qualquer forma, nessas visões, é o ser humano que dita as cartas do jogo.

Na perspectiva decolonial (Gonzalez, 2020), a luta também é, predominantemente, de seres contra seres. Muitos olhares e vozes seguem invisibilizados. Existem lutas para a preservação das particularidades identitárias e coletivas, que se modificam em zonas de contato com outras culturas. Não se chega a diálogos inter-religiosos, tampouco a esse tipo de casamento? Interespiritualidade/religiosidade fundamentada na questão do gênero como panorama, talvez, sim. É para esse horizonte que a próxima seção olhará.

3 Pressuposto da problematização com espiritualidades africanas e sustentabilidade

Reafirmar a vida, reativar a constituição desde sempre com espiritualidade e com a Mãe Terra constitui-se numa premissa da ancestralidade africana, afro-brasileira e das cosmologias indígenas, para as quais o pós-humanismo sempre existiu como ato de resistência. Tratar produtivamente o outro é tratar bem a si. Elaborar novos tentáculos e restabelecer vínculos mais vibrantes talvez possa nos situar em possibilidades outras.

Caldeira (2023), evangélica, organiza um livro, *Teologia feminista negra*, que tem como objetivo trazer

> [...] uma multiplicidade de vozes historicamente silenciadas que encontraram na teologia uma maneira de falar de si, do outro e da divindade. A teologia feminista negra, a teologia feminista africana e a teologia indígena aparecem como um modo de resistência das mulheres que lutam e recriam a existência a partir das margens da história e da retórica hegemônica do cristianismo em sua versão monocultural, patriarcal, classista e racista (Caldeira, 2023, p. 23).

Reconhecidamente, conjugar essas teologias é premente. A resistência é o elo que aproxima tais mulheres contra a dominação do cristianismo. O desafio é investigar as contradições entre elas no interior dessas teologias. Será que todas as mulheres dentro de uma mesma coletividade sentem e pensam a dimensão espiritual da fé cristã (ou de outra religião) e a sustentabilidade (já que menciona a teologia indígena) da mesma maneira? Esses questionamentos indicam pressupostos importantes para uma educação linguística espiritual e sustentável.

Raimundo (2023, p. 48) acentua uma prerrogativa: "[...] no caso das mulheres negras evangélicas [...] além de sofrerem a negação histórica de suas raízes, precisam lidar com a negação dos seus corpos nos textos bíblicos e nas reflexões realizadas pelos líderes religiosos – majoritariamente, homens e brancos". Não seria relevante questionar se essa máquina patriarcal na espiritualidade (e conectada à sustentabilidade) também é alimentada e estabelecida por líderes (incluindo as mulheres) entre as mulheres indígenas, africanas, afro-

brasileiras, muçulmanas, budistas, judias e hinduístas, inclusive em espaços domésticos (só para ficar nesses exemplos)?

A autora prossegue dizendo que a bíblia é um produto de sociedade patriarcal e que uma hermenêutica negra feminista é requisitada para desconstruir práticas racistas de interpretação, "[...] recolocando no centro a experiência de fé" (Raimundo, 2023, p. 55), não como uma singularidade de se pensar as pessoas e o divino. A autora não explica o que entende por fé. Percebe-se que a fé é uma construção ideológica como qualquer outra, mas o constructo intersubjetivo da fé não é problematizado no texto, de modo que fé parece ser simplesmente incondicional para essa autora. Reconhece que os corpos negros estão ausentes nos textos bíblicos e que as igrejas não estão isentas: "As mulheres negras evangélicas têm denunciado práticas racistas e sexistas" (Raimundo, 2023, p. 60).

Analogamente, várias hermenêuticas de vários *loci* de enunciação são necessárias, assim como um movimento que trouxesse diálogos inter-religiosos e suas consequências dentro e fora de uma mesma comunidade. Cabe perguntar se há mulheres não brancas que são recolonizadas espiritual/religiosa/teológica e ontoepistemicamente por outras mulheres não brancas de forma velada e/ou declarada.[7] Ainda, será que, dentro de uma mesma comunidade, certas mulheres já não foram cooptadas pela modernidade e passaram a agir de maneira eurocentrada?[8]

Questionamentos com esse teor caracterizam premissas educacionais linguísticas atualizadas. As(os) professoras(es) de ensino religioso optativo, como prevê a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), poderiam se beneficiar dessas orientações, já que a Base não explica em quais ontoepistemologias a formação de tais profissionais se ampararia. Ainda, caberia trazer também um entendimento concernente ao movimento negro contemporâneo. Com Gomes, lemos:

> [...] esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecer-se nesses novos significados. Abre-se espaço para interpretações antagônicas, nomeação de conflitos, mudança no sentido das palavras e das práticas, instaurando novos significados e novas ações (Gomes, 2023, p. 47).

Corroboro a autora quando ela destaca o potencial autocrítico reflexivo do Movimento Negro contemporâneo, um caminho possível para mais intervenções que considerem as contradições internas que podem imperar nas relações nos espaços espirituais/religiosos/teológicos. Mais que isso, tem potencial para redimensionar as lutas contra a violência que atinge as comunidades (negras, quilombolas, surdas, imigrantes e camponesas, ou seja, não brancas), a intolerância religiosa, a LGBTQIAP+fobia, o feminicídio e a ditadura estética eurocentrada.

---

[7] Conta minha aluna, que se autodeclara parda, nascida e criada em uma das fronteiras do MS, que os pais das crianças desse espaço transferem seus desejos colonizadores aos filhos(as), determinando que aprendam português, proíbem o uso de línguas da fronteira e ditam as normas sociais.

[8] É o caso de Marcelle Decothé da Silva, que foi exonerada do cargo de chefe da assessoria especial depois de atacar a "torcida branca" do São Paulo em suas redes sociais. Se fosse uma mulher branca, qual teria sido a reação das pessoas?

As relações espirituais envolvem outros seres como seres do ar, da água, do solo e que ultrapassam meros estudos feministas. Essa proposição tem mais chance de produzir intersubjetividades inconformistas que consigam interrogar si mesmo e o outro (coletivo pós-humano de natureza sustentável). Os espaços espirituais/religiosos/teológicos podem aprender com o que Gomes (2023, p. 73) anuncia: "[...] as ativistas negras reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais, e elas mesmas". Dizer "elas mesmas" implica uma (auto)crítica reflexiva, desde sempre, desejável e necessária, nas diversas formas de discriminação e opressão.

Na tentativa de mitigar o racismo, a cumplicidade pode, inadvertidamente, gerar dominações ontoepistemológicas e políticas, engendrando uma espiritualidade que apenas reestrutura a posição subalterna das mulheres por outras. É assim que Wong (2018) entende que é perigoso e instigante tratar das identidades religiosas de professores no âmbito da pedagogia. A pesquisadora reconhece que a espiritualidade é fonte de aprendizagem, e não apenas do que se deve ensinar, com atenção aos contextos de estudantes e a consciência do poder e privilégio pertencentes ao(à) professor(a). Imposição de ideias por ser falante nativo de uma dada língua, com convicções e decisões monocráticas podem indiciar um tipo de fundamentalismo nas praxiologias.

É possível haver o repasse de desejos de completude adquiridos com experiências vividas em outras mulheres. Não é incomum atitudes com microformas de colonialidade de poder (Quijano, 2007), de saber e de ser (Maldonado-Torres, 2007) entre avós, mães, filhas, netas e assim por diante. Denúncias e responsabilização de líderes que abusam de crianças, jovens e pessoas têm sido amplamente divulgadas. Desmantelar essa cultura desumanizadora é parte das praxiologias domésticas, políticas, educacionais e espirituais. Os espaços espirituais precisam ser lugares de agência para contação das próprias histórias, de autoexpressão, e de tomadas de medidas protetivas, de valorização das intersubjetividades, de como se lida com conflitos de maneira relacional e incompleta. "Todos aqueles que estão olhando para além da raça e do racismo, que permanecem comprometidos em desafiar e transformar a supremacia branca, são guiados pelo pensamento crítico" (hooks, 2022, p. 226). Escolhe dizer (auto)crítica reflexiva, um ingrediente para um processo antirracista e, portanto, espiritual.

Elaborar interpretações outras de espiritualidade/religiosidade/teologia, seria um chamado habitual diário. Dito de outra forma, uma cultura e política de ética do amor produtivo, como "um projeto em andamento" (hooks, 2022, p. 157), seriam vislumbradas. Esse amor significa desaprender a narrativa que foi ensinada como forma única e comprometida com a diversidade de interpretações, de experiências e conhecimentos e saberes entrelaçados às espiritualidades/religiosidades/teologias, mas voltada à preservação da vida pós-humana em toda sua amplitude. Não seria a espiritualidade necessariamente vinculada a uma religião institucionalizada/oficializada, mas uma que objetive: "[...] romper com o binarismo cultura *vs*. natureza, atentar para a vida...que confronte o terror difundido pelo consumo, acúmulo e descarte são caminhos...na tarefa de encantamento do mundo" (Simas; Rufino, 2019, p. 61).

E, que reconheça, como as autoras supracitadas salientam, o papel catalisador das mulheres no "terreiro" espiritual/religioso/teológico, mirando posições de liderança:

> É a grande força das mães do mundo, senhoras de ventre grávidas de sonoridades, meneios de corpo e arrelias, que acarecia os terreiros do Rio com as mãos calorosas das Ciatas e Marias: herdeiras e ancestrais das danças que acordam os vivos para reverenciar os mortos que cantam na Noite Grande (Simas; Rufino, 2019, p. 87).

Em alusão ao Candomblé e à Umbanda, tais autores reverenciam as mulheres das comunidades cariocas, que, em larga medida, dão sustentação às formas subversivas e criativas que reinventam o cotidiano com diferentes saberes e rotas.

Numa pesquisa realizada no Nordeste sobre o agenciamento de mulheres negras, Silva (2023) conclui que aquelas que são candomblecistas e umbandistas costumam usar o terreiro como *lócus* de superação de violências e de sobrevivência. Como isso acontece? Elas apontam a ancestralidade nas práticas educativo-culturais de suas organizações para reeditarem suas potencialidades que permitam a intervenção das mulheres com pacto antirracista. Como epistemologia reguladora da religião de matriz africana, Oliveira elenca oito princípios subjacentes à ancestralidade, quais sejam:

> 1) inclusão social; 2) respeito às diferenças 3) convivência sustentável do ser humano com o meio ambiente do qual é parte; 4) respeito às pessoas mais velhas; 5) complementaridade dos gêneros; 6) diversidade; 7) capacidade de resolução de conflitos; 8) vida comunitária (Oliveira *apud* Caldeira, 2023, p. 141).

Eis um tipo de ontoepistemologia cara por estar aberto à polivalência de sentidos, em que oposição e complementaridade não são categorias absolutas. Trata-se de levar em consideração as singularidades espaciais e temporais inerentes à ancestralidade. Vai além do conceito de rizoma deleuziano e guattariano por misturar articulações e compreensões que ultrapassam as metáforas rizomática e arbórea (lembremos que a bananeira é rizoma e não árvore), com possibilidade de desprendimento colonial e reabertura para decolonização (Silva, 2023).

Interpreto que a ancestralidade não usa a natureza como laboratório de experimentação, desgaste e enriquecimento em nome da ciência moderna e do capitalismo global. Não insiste em repetir o passado, ignorando as magias, os feitiços, as bruxarias, os rituais, as mandingas, as curas e os corpos invisibilizados.

4 Pressupostos das espiritualidades indígenas da América Latina e sustentabilidade

Foi preciso limpar os corpos e territórios das invasões cristãs europeias, evocando as espiritualidades e cosmogonias relacionais em Abya Yala (hoje, América Latina). O corpo não existe sozinho, só territorialmente, por isso, integra também o território terra (Quispe, 2023). O restabelecimento do corpo depende da espiritualidade ancestral. É preciso tecer os fios da trama da vida, invocando

> [...] sábias/sábios, guardiãs/guardiões e guerreiras/guerreiros, em pleno contato com as *wak´as*, muitos povos se sentem motivados a lutar pela terra e território habitado por todas as comunidades de todas e todos os viventes dos espaços e tempos, mas também por todas as outras comunidades que habitam de outras maneiras nas montanhas, lagoas, rios, córregos, bosques, montanha coberta de neve (Quispe, 2023, p. 70-71).

Para o contexto andino, existe o "pariverso" (Quispe, 2023, p. 82), que é

> [...] um organismo vivo que cobiça a todos os seres como um seio relacional. Tudo que existe é relacional, assim é o sagrado. Os seres são portadores da [...] "dignidade sagrada", porque participam nas forças do mistério da vida que está inter-relacionada e flui nos espaços e ciclos cósmicos.

As divindades femininas indígenas foram apagadas pela preeminência masculina evangelizadora em várias regiões andinas. Santuários para Maria foram construídos em lugares destinados a

> Pachamama, conhecida como Senhora do Cosmos e Mãe de todo ser, pelo que confere um caráter sagrado a todos os seres, onde surge o sentido da inter-relacionalidade, comunitariedade e reciprocidade de um constante dar e receber que é expresso por meio de uma série de ritos que busca restabelecer as relações através das sinergias que se estabelecem entre as várias comunidades de vida, aquelas que vemos e aquelas que não vemos, mas que estão presentes (Quispe, 2023, p. 83).

Nessa cosmologia, todos os seres são parte da força dinâmica e fluida, análoga ao pós-humanismo, que prevê a descentralidade do humano para conclamar que os objetos, as plantas, os animais, e o desconhecido (os mistérios da vida) estão totalmente enredados. Parece-me, então, que aprender com essa cosmologia mostra-se imprescindível para justiças sustentáveis. Segundo Krenak (2020a, 2020b) o capitalismo global que se serve de selos ambientais acaba camuflando a sustentabilidade, tendo em vista que coopta recursos humanos e desgasta os solos para não renunciar aos lucros.

Em entrevista concedida à revista Veja, Krenak (Bechara, 2024) ampara-se na expressão que o povo indígena usa: "terra é a mãe de todas as lutas". O filósofo está exausto com a falta de reforma agrária, a ausência de demarcação da área legítima, as empresas e sujeitos que assaltam a Amazônia "[...] uma sucessão de governos, todos controlados por oligarquias e pelo capital" (Bechara, 2024, p. 10). A mineração deixa rastros como nas tragédias de Mariana e Brumadinho e fortalece o sistema capitalista. A visão de futuro não é nada animadora: "O organismo saudável do planeta vai expulsar o Homo sapiens... A humanidade vai ser atacada por pandemias, sofrer desestruturação socioambiental, perder as experiências sociais que construiu até hoje" (Krenak, 2020b, p. 11).

Na gestão presidencial de 2019 a 2023, houve o enfraquecimento do combate aos crimes ambientais. Foi nesse período que, sob a alegação de que seriam denunciados por negócios ilegais, criminosos tiraram as vidas do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. Foram constatadas irregularidades na gestão do então ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. As ocorrências são inúmeras e, infelizmente, não cabem neste escopo.

As sinergias na Pachamama têm a ver com as várias espécies e são redes de incessantes interconectividades, sem uma hierarquia rígida, pois todos cumprem funções importantes e não podem ser desqualificados para o processo de vir a ser, ou seja, não há um ser fixo e estático. Essa explicação se aproxima da espiritualidade/religiosidade afro-colombiana e caribenha, que salienta que a mesma, "para negros e negras da diáspora, significa a consciência de que o Divino se revela em comunhão com o sol, a terra, as águas, os ventos, os animais, enfim, todo os elementos que compõem a natureza e os seres que a habitam" (López, 2023, p. 95).

Desafios estão no radar tecnológico: aprender a *hackear* sistemas capitalistas e restituir o poder de ação contra o racismo, o patriarcado, o extrativismo (lítio e outros minérios) e contra o empobrecimento da Mãe Terra. Kopenawa (2024) entende que é tarde demais para recuperar as riquezas do solo. A barbárie humana provocou a destruição e, agora, aprender as lições com o modo indígena de pensar o mundo – com as cosmologias ameríndias, o xamanismo e a ancestralidade – requer uma (auto)crítica reflexiva que coloque em xeque o papel apagado das mulheres (mães de santo, líderes de movimento, pastoras, madres, freiras) em tais vivências nos espaços espirituais/religiosos.

O capitalismo se apropria desses espaços espirituais feito um camaleão e acaba por subjugar seus "fiéis". As respostas a esse sistema e suas implicações na espiritualidade apontariam vidas outras que não colocassem novamente as mulheres em terreiros, templos, igrejas, sinagogas etc. ou para fora desses espaços (no caso das mesquitas) para serem homogêneas com narrativas hegemônicas, praxiologias universais, feitas retratos precisos.

O risco de se recolonizarem e colonizarem a outridade, regenerando o antropoceno (centralidade humana em detrimento de si, seus pares e de outras espécies) e o capitaloceno (força lucrativa das corporações a qualquer preço), segundo Haraway (2023), precisa ser posto à mesa de debates. Nesse sentido, "[...] podemos criar laços de solidariedade que ajudem a nos curar de todas as feridas traumáticas causadas pela violência racial, bem como dos traumas da opressão machista e classista" (hooks, 2022, p. 99).

Expor o estresse traumático e pós-traumático causado pelo racismo, responsabilizar os(as) culpados(as), reforçar as leis e lutar pela inserção da mulher em espaços espirituais/religiosos com liderança com ações sustentáveis propositivas já são passos significativos. As mulheres são, com a Mãe Terra e por meio dela, hábeis em sair das dificuldades quando miram numa rede entrelaçada de resistências móveis, que se ajustam às demandas de forma solidária e que sejam benéficas à humanidade, ao planeta. Elas podem decidir sobre seus "virem-a-ser", não como cativadoras, mas florescendo com éticas multiespécies, sem a arrogância dos(as) deuses(as) utilitaristas (que as subjugam) e acumuladores(as) de materialidades extraídas da Mãe Terra.

5 Quando o gênero não faz sentido em sociedades africanas: outro pressuposto

Preciso falar das heterogeneidades dentro de uma mesma comunidade. Existe um tipo diferente da organização familiar que não segue a lógica da família nuclear patriarcal "casal e filhos(as)", modelo imposto pelo euro-estadunidense.

A família Yòrubá não é marcada pelo gênero. As relações de poder giram em torno da senioridade, isto é, da idade cronológica, e não do gênero. O termo equivalente ao marido em português seria "oko" (Oyewùmí, 2024, p. 177), mas pode se referir ao masculino e ao feminino. Por sua vez, *Iyawo* (Oyewùmí, 2024, p. 177) seria a mulher para casar-se. A distinção entre esses dois termos se dá pelo pertencimento a uma família, por nascimento ou por adesão pelo casamento.

> Desse modo, essa hierarquia não é marcada por gênero, pois mesmo uma mulher *oko* é superior a uma mulher *iyawo*. Nessa sociedade no geral até mesmo a categoria *iyawo* inclui ambos, homens, e mulheres, que são devotos do Orisa (divindades) e são chamados de *iyawo Orisa*. Portanto, os relacionamentos são fluidos e os papéis sociais são situacionais, colocando continuamente os indivíduos em funções variáveis, hierárquicas e não hierárquicas, a depender do contexto (Oyewùmí, 2024, p. 177).

Em outras palavras, quem nasce numa família é *oko* e quem adentra essa mesma família é *iyawo*. A consequência é: transpor conceitos feministas para explicar as situações africanas como desafio. Na sociedade Shona, uma mulher pode ter *status* patriarcal e estar isenta de trabalhos que seriam realizados por mulheres.

Os exemplos africanos anteriores desafiam as pesquisas sobre espiritualidade e sustentabilidade (e feminismos) na base do gênero. As categorias sociais africanas são fluidas por não se apoiarem "[...] no tipo de corpo, mas no posicionamento social, que é altamente situacional [...]" (Oyewùmí, 2024, p. 181.), o que significa que a espiritualidade/religiosidade torna complexo aquilo que já é intricado/pós-humano e pouco conhecido no horizonte ocidental.

Tentando deslocar a noção de subjetividade, teorias feministas nômades (Braidotti, 2018) ressurgem como um alento. Inspirada no rizoma deleuziano, a autora chama de ética da subjetividade nomádica uma nova reflexão sobre existir no mundo mediado por tecnologias e pela globalização. Redefinir a subjetividade, não se fixando por muito tempo em um local ou contexto, mas representar a complexidade sem cair na armadilha da pós-modernidade relativista seria uma alternativa para se repensar no sujeito nômade, aquele que desfaz as oposições dialéticas de sexo para deixar a multiplicidade que existe na mulher, nos seres, fazer vir à tona e fazer falar a voz que foi calada.

Esse sujeito, coletivo, de posicionamento social, conforme Oyewùmí (2024), transita por lugares diferentes, ambientes nos quais as diferenças se entrecruzam simultaneamente com outras diferenças de outros sujeitos igualmente coletivos. A transformação do ambiente multidimensional afeta o sujeito e este modifica aquele em suas várias caminhadas com identidades sociais complexas, com mais possibilidade de desestabilizar espiritualidades dogmáticas, que se fecham em um campo ontoepistemológico que se recusa a reconhecer as instabilidades da mundialização.

As violências nas culturas africanas aqui figuradas e na proposição nômade do sujeito em meio a seu ambiente mutável de Braidotti (2011) não incidem na sustentabilidade. A relação com a sustentabilidade também traz desafios e demanda mais estudos. Os relacionamentos e papéis sociais africanos fluidos, porém, situacionais, enveredam para uma configuração de iniquidade entre as pessoas que também é volátil. A translocação do sujeito nômade não está livre de encontros com diferentes correlações de forças, em ambientes de trabalho, na vivência com seres e espécies não humanas que reiteram a vida. Evidentemente, tudo isso traz desafios e precisa de mais estudos.

6 Dando laços sem nós no final do dia

Este texto apresentou um recorte de pesquisa em contexto de universidade pública, cujo objetivo foi investigar o entendimento dos(as) participantes no que tange às justiças plurais. Em síntese,

três posicionamentos foram humanamente apresentados: da graduanda em letras, da professora de educação básica, da docente de letras e de pós-graduação em estudos de linguagens.

A primeira, reconhece que a educação é o caminho para a justiça que implica o respeito às diferenças das pessoas englobando origem, sexo, gênero, etnia, religião, posições e opiniões. A segunda partilha sua experiência juvenil, obtida em um clube de desbravadores, incidindo sobre cuidados com o corpo, mente e planeta, solidariedade, socialização, arrecadação de verbas e prática de venda. Inclui sua docência voltada para a escuta das questões que seus estudantes compartilham e agradece a Deus pela saúde que tem para mais engajamentos. Credita as melhorias na vida financeira e social à educação e reconhece que nem todos são resilientes e, por isso mesmo, as condições para que a justiça social ocorra deve contar com políticas públicas bem implementadas. Já a terceira repercutiu as crises atinentes à discriminação racial e étnica e de gênero, à exploração ambiental, ao tráfico de drogas, ao contrabando de mercadorias e à importância da formação intercultural e decolonial de discentes, docentes e pesquisadores em MS para interromper visões hegemônicas e dar visibilidade às comunidades marginalizadas.

Entretanto, a espiritualidade que desde sempre se enreda com questões de sustentabilidade, poder e conhecimento em processos pós-humanos de vir a ser, sem se fechar/definir. Por fim, amparada em educação linguística, repercuti pressupostos que ajudam a ampliar o enredamento de formas de justiças espirituais, sustentáveis e educacionais.

Relatório do Comitê de Ética

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 07576218.0.0000.0021, em 17 de agosto de 2020.

Referências

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. *O espírito da floresta*. Tradução de Rosa Freire d´Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 232 p.

BECHARA, V. O governo nada faz. Entrevista Ailton Krenak. *Veja*, São Paulo, v. 57, n. 32, p. 9-11, 9 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRAIDOTTI, R. *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2018. 229 p.

BRAIDOTTI, R. *Nomadic theory.* The portable Rosi Braidotti. New York: Columbia University Press, 2011. p. 417.

CALDEIRA, C. *Teologia feminista negra*: vozes que ecoam da África e da América Latina. Petrópolis: Editora Vozes, 2023. 280 p.

CANAGARAJAH, S.; WONG, M. S. (eds.). *Christian and Critical English Language Educators in Dialogue*. Pedagogical and Ethical Dilemmas. New York, London: Routledge, 2009. 326 p.

DIANGELO, R. *Não basta não ser racista*. Sejamos antirracistas. São Paulo: Faro Editorial, 2023. 192 p.

DÓRIA. *Relato*. Campo Grande (Mato Grosso do Sul), 14 mar. 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005. 440 p.

GOMES, L. N. *O movimento negro educador*: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2023. 160 p.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.

GROSFOGUEL, R. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocídios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 19, p. 31-58, jul./dez. 2013. DOI: https://doi.org/10.25058/20112742.153.

HARAWAY, D. *Staying with the Trouble*: Making Kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2023. 312 p.

HOOKS, b. *Escrever além da raça*: teoria e prática. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022. 308 p.

JÚLIA. *Relato*. Campo Grande (Mato Grosso do Sul), 20 abr. 2020.

KOPENAWA, D.*Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 2024. 1 vídeo (1 h 54 min 15 s). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=davOEBFhU0U. Acesso em: 18 jun. 2024.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a. 104 p.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b. 128 p.

LÓPEZ, M. M. Espiritualidade, ecofeminismo e decolonialidade a partir de algumas poetisas e cantoras afro-colombianas e caribenhas. *In*: CALDEIRA, Cleusa. *Teologia feminista negra*: vozes que ecoam da África e da América Latina. Petrópolis: Editora Vozes, 2023, p. 93-114. 280 p.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROFÓGUEL, R. (org.). *El giro decolonial:* reflexiones para uma diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167. 307 p.

OYEWÙMÍ, O. Conceituando gênero: a fundação eurocêntrica de conceito feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). Introdução. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. In: *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.* 2. ed. 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, 9-26. 368 p.

PENNYCOOK, Alastair. *Posthumanist Applied Linguistics*. London: Routledge, 2018. 178 p.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMES, S; GROSFOGUEL, R. *l giro decolonial*: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global/compiladores. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universid ad Javeriana e Instituto Pensar, 2007, p. 93-126. 306 p.

QUISPE, S. C. Tecendo o sagrado com fios sagrados e queimados. *In*: CALDEIRA, C. (org.). *Teologia feminista negra*: vozes que ecoam da África e da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2023, p. 63-114. 280 p.

RAIMUNDO, V. J. Feminismo negro, afrocentricidade e teologia negra feminista. Um encontro inadiável e imprescindível. *In*: CALDEIRA, C. (org.). *Teologia feminista negra*: vozes que ecoam da África e da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2023, p. 47-46. 280 p.

SILVA, L. C. Os protagonismos das mulheres negras em suas organizações no Nordeste do Brasil. *In*: CALDEIRA, C. *Teologia feminista negra*: vozes que ecoam da África e da América Latina. Petrópolis: Editora Vozes, 2023, p.115-152. 280 p.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 112 p.

TODD, S. Promoting a Just Education: ilemmas of Rights, Freedom and Justice. *Educational Philosophy and Theory*, v. 39, n. 6, 2007. 112 p.

VIVI. *Relato*. Campo Grande (Mato Grosso do Sul), 3 jul. 2020.

WALSH, C. Interculturality and decoloniality. *In*: MIGNOLO, W.; WALSH, C. *On Decoloniality*: Concepts, Analytics, Praxis. Durham: Duke University Press, 2018, p.01-102. 304 p.

WONG, M. S. The Dangers and Delights of Teacher Spiritual Identity as Pedagogy. *In*: WONG, M. S.; MAHBOOB, A. (eds.). *Spirituality and English language Teaching*: Religious Explorations of Teacher Identity, Pedagogy and Context. Bristol: Multilingual Matters, 2018, p. 15-31. 248 p.

Histórico

Data de submissão: 05/12/2024.
Data de aprovação: 01/06/2025.

Editor responsável

Junot de Oliveira Maia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/MG, Brasil. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9606848154032239, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9645-0027, e-mail: junotmaia@gmail.com.

Declaração de conflito de interesses

Não há conflito de interesses a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Os dados utlizados neste artigo são de arquivos pessoais e privados.

Uso de IA

Declaro que a tradução do resumo deste artigo para o inglês foi realizada pelo DeepL e revisada por mim.

Pareceres

Como parte do compromisso assumido pela Revista Brasileira de Linguística Aplicada com a Ciência Aberta, a revista publica os pareceres emitidos a respeito dos trabalhos nela publicados, quando autorizado por todas as partes envolvidas.

Parecer 1

O artigo é extremamente relevante, inovador a atual, principalmente quando pensamos nos desafios impostos pela contemporaneidade, em especial, os desafios de pensarmos e ressignificarmos a(s) espiritualidade(s) coletivas, as religiões, instituições religiosas, os povos, sapiens modernos que habitam tais religiões. O artigo também problematiza o pós - para além - do humano, humanismo, sem deixar de se posicionar diante de um projeto humanista que, em certo sentido falhou no que se refere à diversidade humana não humana planetária, à pluralidade de corpos de mulheres, LGBAQIA+, indígenas, aninais não humanos, corpos do chamado meio ambiente. O artigo problematiza as questões suprecitadas em três seções bem estruturadas e fundamentadas.

Emitido em: 24/05/2025
Recomendação: Aceitar submissão.

Parecer 2

O manuscrito apresenta temática emergente e de considerável relevância para a área, e seu título se conecta adequadamente à discussão proposta. O recorte teórico-metodológico segue os objetivos propostos, e o ancoramento teórico é pertinente, atual e expoente. O método é adequado para os fins a que se propõe, e o gênero acadêmico-científico é bem explorado na articulação de agências femininas dentro e fora da Universidade intricadas à sustentabilidade e às manifestações de espiritualidades. Assim, o manuscrito é capaz de suscitar discussões que podem subsidiar inovações nas pesquisas da área. É necessário, todavia, haver revisão ortográfica e de digitação, e, sugiro que alguns períodos, talvez, devessem ser fragmentados em unidades menores de modo a favorecer a fluidez da leitura, uma vez que o próprio tema já pode ser denso. O trabalho encoraja a expansão da temática na área, e essa pode ser sua maior contribuição.

Emitido em: 06/06/2025
Recomendação: Aceitar submissão.